



O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DA APREDIZAGEM DOS ALUNOS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE ROLE OF THE TEACHER IN THE DEVELOPMENT OF LEARNING OF STUDENTS WITH AUTISM IN CHILD EDUCATION

Roberto Remígio Florêncio

Mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (UNEB)
 Professor Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão - PE)
 Rua São Cristóvão, 50 – Petrolina-PE, CEP 56.308-045
 betoremigio@yahoo.com.br

Adriana Soely André de Souza Melo

Mestra em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (UNEB)
 Faculdade de Educação Superior de Pernambuco (FACESP)
 Rua Austrícliano Dias de Souza, s/n – Juazeiro-BA, CEP 48.902-860
 adrianaestudos2012@hotmail.com

Andreia da Conceição Dias de Lima

Especialista em Programação do Ensino da Língua Portuguesa (UPE)
 Faculdade de Educação Superior de Pernambuco (FACESP)
 Rua Austrícliano Dias de Souza, s/n – Juazeiro-BA, CEP 48.902-860
 andreialima@hotmail.com

Jandira Maria da Conceição

Especialista em Psicopedagogia (FACESP)
 Faculdade de Educação Superior de Pernambuco (FACESP)
 Rua Matias de Albuquerque, s/n, Gercino Coelho, Petrolina-PE
 jandiraconceicao@gmail.com

Antonia Aparecida Salviano Dias

Especialista em Neuropsicopedagogia (FACESP)
 Faculdade de Educação Superior de Pernambuco (FACESP)
 Rua Matias de Albuquerque, s/n, Gercino Coelho, Petrolina-PE
 antoniaaparecida123@hotmail.com

Jailda D'Jesus Lopes Silva

Especialista em Neuropsicopedagogia (FACESP)
 Faculdade de Educação Superior de Pernambuco (FACESP)
 Rua Matias de Albuquerque, s/n, Gercino Coelho, Petrolina-PE
 jaildadjesus2012@gmail.com

Recebido em 09.11.2020. Publicado em 15.12.2020



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

RESUMO

O presente estudo busca apresentar uma abordagem atualizada e crítica sobre os principais problemas e os significativos avanços que envolvem as práticas de ensino na Educação Especial, especialmente, no processo de recepção e acolhimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas salas de aula da Educação Infantil pública. Muitos trabalhos acadêmicos na atualidade têm demonstrado interesse especial sobre a inclusão de estudantes autistas na educação básica, o que diferencia este estudo é a interposição de diversos autores no processo de compreensão da temática, oferecendo a professores e demais profissionais da educação um resumo desses estudos, de forma didática e de fácil compreensão, bem como da legislação brasileira vigente e dos estudos sobre a ludicidade como elemento de construção da aprendizagem. A metodologia da pesquisa está baseada na Revisão Bibliográfica, com aporte teórico de especialistas na área de Educação Especial, como Baptista (2006), Rosa (2002) e Orrú (2009), com vistas a destacar as questões de inclusão, de formação de professores e dos estudos sobre a legislação brasileira vigente. De caráter qualitativo e utilizando a observação participante, como apoio às discussões empreendidas, apresentamos os principais problemas para efetivação de uma educação inclusiva de qualidade e defendemos a formação continuada para professores e demais funcionários da educação como elemento essencial do processo de ensino-aprendizagem. Destacamos a necessidade de abordagens sobre transtornos e síndromes, suas causas e consequências, bem como a construção e utilização de metodologias diferenciadas nas salas de AEE da Educação Especial, a experiência exitosa da ludicidade e a necessidade de diagnósticos e supervisão de equipe multiprofissional.

Palavras-chave: Formação de Professor. Educação Especial. Transtorno do Espectro Autista.

ABSTRACT

The present study seeks to present an updated and critical approach on the main problems and the significant advances that involve teaching practices in Special Education, especially in the process of receiving and welcoming students with Autism Spectrum Disorder in the early childhood classrooms public. Many academic works today have shown special interest in the inclusion of autistic students in basic education, what differentiates this study is the interposition of several authors in the process of understanding the theme, offering teachers and other education professionals a summary of these studies, in a didactic and easy to understand manner, as well as the current Brazilian legislation and studies on playfulness as an element of construction of learning. The research methodology is based on the Bibliographic Review, with theoretical input from specialists in the area of Special Education, such as Baptista (2006), Rosa (2002) and Orrú (2009), in order to highlight the issues of inclusion, teacher training and studies on current Brazilian legislation. With a qualitative character and using participant observation as support for the discussions undertaken, we present the main problems for the realization of an inclusive quality education and defend the continuous training for teachers and other education staff as an essential element of the teaching-learning process. We highlight the need for approaches to disorders and syndromes, their causes and consequences, as well as the construction and use of different methodologies in the ESA rooms of Special Education, the successful experience of playfulness and the need for diagnoses and supervision of a multidisciplinary team.

Keywords: Teacher training. Special education. Autistic Spectrum Disorder.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho lança um olhar atualizado sobre os processos de entrada, permanência e êxito de crianças com autismo (ou com o Transtorno do Espectro Autista, TEA) nas salas da Educação Infantil, de maneira efetiva e inclusiva. Com a intenção de promover um resumo didático para referenciar as principais informações sobre as temáticas do estudo (autismo, legislação e formação pedagógica), apresentamos o trabalho de revisão bibliográfica, com base em autores especialistas nas áreas de Educação Especial, Inclusão e Ludicidade.

Levando-se em consideração que o autismo atinge cerca de 30 indivíduos entre o universo de 10.000 pessoas no Brasil contemporâneo, segundo o Espaço Autista (2018), e que muitas escolas das redes públicas, seja no âmbito municipal, estadual e federal, não estão ainda plenamente capacitadas para receber essa parcela considerável da população em idade escolar, compreendemos a importância de se trabalhar com o tema, tão relevante ultimamente, tendo em vista a quantidade de livros, artigos, dissertações e teses com este enfoque.

O nosso interesse pela temática da inclusão surgiu da experiência docente na educação infantil em uma escola privada, no entanto, o trabalho com a rede pública favorece a compreensão da participação e envolvimento de todos, bem como a responsabilidade do Estado na busca por melhorias no processo de aprendizagem de forma democrática, equânime e universal, características que possibilitam a eficácia de uma educação realmente inclusiva. Com a presença de alunos diagnosticados com o espectro autista, em diversos níveis, além de outras síndromes, transtornos e deficiências, surgiu à vontade de aprofundar estudos na área de Educação Especial, pois acreditamos que, para um professor trabalhar com uma criança autista é muito difícil quando não se tem uma preparação pedagógica adequada.

Para construir as discussões sobre a necessidade dos professores acolherem as crianças com TEA na Educação Infantil, refletindo acerca do acesso à construção do conhecimento, à socialização e às perspectivas de aprendizado, reconhecendo a importância desses profissionais frente aos desafios atuais para a concretização dessa prática, incluindo desde problemas com infraestrutura física dos espaços escolares como a ausência de políticas locais de apoio e formação de professores especializados em Educação Especial. Para isso, elaboramos a seguinte questão como base da problemática deste trabalho de pesquisa: Qual o

papel do professor no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com autismo na Educação Infantil?

Por isso, o trabalho de pesquisa que se pretende desenvolver faz referência a questões secundárias, didático-metodológicas, problematizando quais métodos e instrumentos que possam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem das crianças com necessidades especiais, principalmente com o espectro autista? Como nos anos iniciais da educação básica são oferecidas pela rede pública, em consonância com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394, de 1996) e com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei Federal 8.069, de 1990)? Como as escolas estão preparadas atualmente em relação à recepção, permanência e êxito dos alunos com necessidades especiais? Quais são as teorias mais aceitas atualmente em relação ao processo de ensino-aprendizagem das crianças com necessidades especiais na educação infantil?

Para tentar responder essas questões relativas à compreensão do autismo no âmbito da educação brasileira, procuraremos desenvolver uma análise reflexiva, envolvendo a observação das práticas pedagógicas de professores, na maioria das vezes, baseadas nas experiências vividas no exercício do magistério, buscando a comunhão com os principais teóricos da área, através de artigos teóricos publicados recentemente em periódicos nacionais. Embora, a base estruturante dessa pesquisa qualitativa seja a Revisão Bibliográfica, que envolvem os principais teóricos do assunto, artigos e livros atuais e pesquisas registradas nos principais repositórios do Brasil.

Este trabalho se direciona para o seguinte Objetivo Geral: Analisar o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem dos alunos autistas na Educação Infantil. E tem como objetivos específicos: identificar sobre as organizações escolares para a inclusão de alunos autistas; refletir formação docente na ótica do autismo e compreender como o professor contribui no desenvolvimento de aprendizagem de alunos autistas.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

O autismo é uma deficiência no desenvolvimento cognitivo que se manifesta de diferentes maneiras e níveis durante toda a vida do indivíduo. É incapacitante e aparece tipicamente nos três primeiros anos de vida. Globalmente, acomete cerca de 67 entre cada 10 mil nascidos e é quatro vezes mais comum no sexo masculino do que no feminino

(MAGALHÃES, 2011). É encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar qualquer causa psicológica no meio ambiente dessas crianças que possa causar o espectro (TEA), bem como não se conhece tratamento que reverta o autismo (BAPTISTA; BOSA, 2002).

Os sintomas do autista geralmente persistem ao longo de toda a vida e são verificados através da simples observação ou de rigorosa anamnese, visto que os níveis são diversos. Não existem exames laboratoriais ou de imagem que diagnostiquem o autismo. Os pais são os primeiros a notar algo diferente nas crianças autistas (BOSA, 2002). Quando bebê se mostra indiferente à estimulação por pessoas ou brinquedos, focando sua atenção por longos períodos em determinados itens. Outras crianças começam com um desenvolvimento normal nos primeiros meses para, mais tarde, tornar-se isolado a tudo e a todos.

Normalmente, segundo os principais estudiosos da área, como Baptista (2002; 2006), Bosa (2002) e Orrú (2003), o diagnóstico é feito clinicamente através de entrevista e histórico do paciente. No entanto, muitas famílias demoram anos para perceber algo anormal na criança, ou não aceitam os indícios do senso comum, causando atraso para o início de uma educação/socialização especializada (BRASIL, 1999; 2004). É consenso também entre os especialistas que, quanto antes se inicia o tratamento, melhores podem ser os resultados no desenvolvimento motor e cognitivo dos indivíduos com transtornos. Outro aspecto consensual é que o acompanhamento de TEA deve ser feito por equipe multi e interdisciplinar.

Inicialmente, o autismo foi identificado pelos psiquiatras Bleuler e Klein que diagnosticaram como esquizofrenia na infância, por conta de algumas semelhanças comportamentais (ORRU, 2009). Anos depois, o psiquiatra Kanner modifica esse conceito e ressalta os diferentes tipos de transtornos mentais, de comportamento e de linguagem evidenciados no autismo (BAPTISTA; BOSA, 2002), transtornos estes que variam entre indivíduos e em níveis, por isso, o uso do termo “espectro” (ESPAÇO AUTISTA, 2019). Foram iniciadas as primeiras publicações sobre autismo por Leo Kanner (1943) e Hans Asperges (SILVA; GAIATO; REVELES, 2018), que produziram informações de forma estruturada baseados nos casos que eles acompanhavam, assim, chegou-se à designação de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Os indivíduos com TEA ou autistas são pessoas que têm muita sensibilidade, inteligência e especificidades comportamentais, porém, o contato social pode ser incômodo, as emoções são implícitas e o toque pode soar como algo ofensivo (BOSA, 2002). Por conta

disso, eles preferem fazer coisas individualmente, fugindo dos momentos de interações com as outras pessoas, com segurança e liberdade para desenvolver seus lapsos que podem ser percebidos por movimentos repetitivos, atos involuntários ou até agressivos. O barulho também é um fator de incômodo e a escolha de apenas uma pessoa para o trato mais pessoal é também uma característica forte no TEA. A exemplo disso, e por causa dessas atitudes, são muito comuns situações no convívio escolar em que as crianças autistas se distanciam dos colegas da sala.

Crianças com autismo, muitas vezes, buscam contatos sociais, mas não sabem exatamente o que fazer para mantê-los. Podem até chamar os coleguinhas a irem a suas casas, mas as brincadeiras não costumam durar muito tempo; elas acabam deixando o grupo de lado para brincarem sozinhas (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 14).

Por tudo isso, desenvolver o processo de ensino-aprendizagem junto a crianças com espectro autista é um desafio a ser enfrentado. até mesmo porque, os níveis são muito diferentes e, muitas vezes, a presença de um profissional com especialização na área é fundamental. De acordo com Silva; Gaiato; Reveles (2018), pessoas com autismo podem apresentar dificuldades severas de socialização,

[...] Existem crianças com problemas muito graves, que praticamente se isolam em um mundo impenetrável; outras que não conseguem se socializar com ninguém; (...) sem conseguir expressar seus sentimentos, tornam-se agressivas, emitem ruídos fortes, fazem movimentos repetitivos, involuntários, violentos (SILVA; GAIATO; REVELES, 2018, p. 11).

Pesquisas feitas no campo neuropsicológico mostram que as pessoas com autismo têm dificuldade no aspecto cognitivo de funções cognitivas. De acordo com Mello (2005), essas funções é um conjunto de processos neurológicos que permitem que a pessoa planeje coisas, inicie uma tarefa, se controle para continuar na tarefa, tenha atenção e, finalmente, resolva o problema.

3 BREVE ANÁLISE SOBRE AS CONCEPÇÕES E AS AÇÕES PROPOSTAS PELA ATUAL LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

A educação é ato que proporciona para as crianças o desenvolvimento de suas capacidades, transmitindo valores e práticas culturais, que serão usadas durante toda vida.

Após a constituição de 1988 a educação passou a ser um direito de todas as crianças, tendo o acesso à educação e exercendo a sua cidadania. Sendo assim, outra norma nacional a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), vem assegurando que a educação infantil segundo os artigos 29 e 30 da referida Lei (BRASIL, 1999; 2002; 2012), é a primeira etapa da educação básica, sendo oferecida em creches para as crianças de zero a três anos e em pré-escola para as de quatro a seis anos de idade.

Mostrando que a educação é um direito de todos, no entanto, para que esse processo ocorra dependendo de uma política educacional que inclua realmente todos os alunos no âmbito escolar, seja o aluno com qualquer tipo de deficiência ou transtorno.

A lei nº 10.172/01 que instituiu o Plano Nacional de educação frise que a inclusão das pessoas com deficiência deve acontecer no sistema regular de ensino [...] a educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2001, p. 126).

De fato, é lei que os professores incluam os alunos, mas é evidente que encontrará desafios para inserir o aluno autista na sala de aula, pois muitos profissionais não tem uma formação adequado para retrabalhar com crianças autistas. As dificuldades que podem ser encontrados pelo professor é a linguagem do aluno, a compreensão, agressividade partindo da criança, o medo por parte do professor, devidas em relação às práticas pedagógicas, adequação do espaço, falta de recursos ou insuficientes e inadequados para proporcionar um melhor ensino.

3.1 O papel do professor na educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista

Apesar das dificuldades o professor necessita inclui os alunos de forma que proporcione oportunidades da mesma maneira dos demais para que as crianças com autismo sejam aceitas pela a turma e por toda sociedade. Entretanto, não é apenas a inserção nas escolas regulares, mas a busca da valorização desses alunos mesmo com suas limitações e respeitando suas diferenças. Por sua vez é importante que as escolas desenvolvam atividades pedagógicas adequadas as necessidades dos alunos.

Nos dias de hoje, temos a plena consciência que, para uma criança autista desenvolver suas habilidades e aprendizagem na sociedade, é indispensável estar inserida na escola, sem segregação. Embora, a perfeita educação inclusiva no sistema público ainda seja uma utopia.

Devido à formação específica de profissionais, este planejamento de uma Educação Especial, diferenciada, inclusiva e acessível a todos, ainda deixa a desejar, principalmente no trabalho com alunos autistas, até mesmo por conta da complexidade dos diagnósticos e níveis. De acordo com Mantoan (2008):

A escola para se tornar inclusiva, deve acolher todos os seus alunos, independentemente de suas condições sociais, emocionais, físicas intelectuais, entre outras. Ela deve ter como princípios básicos desenvolver uma pedagogia capaz de educar e incluir todos aqueles com necessidades educacionais especiais e também os que apresentam dificuldades temporais ou permanentes, pois a inclusão não se aplica apenas aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência (MANTOAN, 2008, p. 143).

A inclusão deve ser praticada no currículo escolar não somente por alunos com alguma deficiência ou algum transtorno, mas é dever da escola buscar criar um currículo adequado para qualquer aluno que apresente dificuldades particulares ou seja, todos tem o direito a inclusão. Atualmente, as escolas asseguram que incluem todos, mas, para existir a inclusão são necessárias mudanças. Mudar é também assumir que as diferenças são positivas para a aprendizagem de todos e introduzir recursos capazes de apoiar a aprendizagem. Muitas escolas não estão capacitadas para receber alunos com TEA; muitos profissionais da educação não têm conhecimento suficiente sobre o tema, segundo o site especializado Espaço Autista (2018).

É necessário que o professor esteja disposto para trabalhar com quaisquer dificuldades que lhe apareça. Sua prática educacional deve estar adequada e preparada para receber os alunos e suas necessidades. O professor precisa sempre estar se atualizando, não apenas se acomodar nos conteúdos estudados na graduação, mas busca através de leituras e de especializações novos conhecimentos para trabalharem com as crianças e não se surpreenderem quando tiver que ensinar uma criança com autismo.

A proposta inclusiva da educação (um direito assegurado pela legislação brasileira) tem por fim conscientizar os (as) professores (as) sobre as bases filosóficas, políticas educacionais, jurídicas, éticas responsáveis pela formação de competências do profissional que participa ativamente dos processos de integração, desenvolvimento e inserção da pessoa deficiente na vida produtiva em sociedade, evidenciar o direito legal mediante dever do Estado com a educação, e garantir, conforme determina a constituição da República Federal do Brasil no seu artigo 208, inciso III, o atendimento educacional especialização aos

portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino (RODRIGUES, 2010, pp.72-73).

A partir desse pensamento, percebemos que a educação é para todos, mas que a inclusão ainda não é uma realidade para as escolas, ou seja, não estão qualificadas para trabalharem com as diferenças existentes. Portanto, para se incluir é necessário mudanças e união entre a escola e a sociedade.

Há na educação inclusiva a introdução de outro olhar. Uma maneira nova de se ver, ver os outros e ver a educação. Para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada com base no entendimento de que é ela que precisa ser capaz de atender as necessidades de seus membros. Assim sendo, inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania (RODRIGUES, 2006, p.167).

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente texto está respaldado na análise e estudo do autismo dentro da escola nas séries iniciais e busca sanar um vazio teórico-metodológico, oportunizando informação educadores que trabalham com esse alunado. Como ponto de partida, a pesquisa empírica, subjetiva e qualitativa, é um elemento importante para a concretização deste trabalho. Baseada na observação participante e, principalmente, na Revisão Bibliográfica de forma qualitativa, pretende-se efetuar a coleta de dados, levando em consideração dados atualizados, através de livros e artigos publicados recentemente.

Minayo (2001, p. 22) afirma que a pesquisa de caráter qualitativo “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalidade de variáveis”. Por isso, e por se tratar de temática que envolve subjetividades, optou-se por este tipo de pesquisa.

No que diz respeito à Pesquisa Bibliográfica, ela é útil no levantamento de diversas leituras, sites, livros etc. Segundo Gil (2010, p. 29-31) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado tradicionalmente, [...] como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos”, que trazem fundamentos muito importantes para embasar minhas questões iniciais.

Portanto, a pesquisa tem as seguintes características: descritiva, pois consiste da descrição de características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis, segundo Minayo (2001); e qualitativa, por seu caráter exploratório, consiste em estimular participantes a pensarem de forma livre acerca do tema, objeto ou conceito. Segundo Gil (2010), as pesquisas qualitativas se caracterizam por fazer surgir aspectos subjetivos, além de atingirem motivações não explícitas, ou mesmo conscientes, de maneira espontânea.

A pesquisa aconteceu entre os meses de maio e outubro de 2020, a partir da busca pelos principais teóricos da área, leitura de textos e da legislação brasileira mais atualizada, memória das práticas desenvolvidas e estudos sobre o autismo e a ludicidade no processo de inclusão, que é à base da nossa discussão. Embora o interesse e a vivência com a problemática da inclusão de alunos com transtornos já fizessem parte da minha vida acadêmica e profissional desde 2010, ao iniciar o trabalho em escolas receptoras de alunos com diversas deficiências, físico-motoras ou cognitivo-emocional, em escolas particulares.

É salutar afirmar que o presente estudo contribuiu para adquirir conhecimentos das teorias dos especialistas na conceituação do autismo, entre os quais, Baptista (2002, 2006), Bosa (2002), Orrú (2003) e Silva; Gaiato; Reveles (2012; 2018). Nos aspectos de inclusão e ludicidade, foram primordiais as contribuições de Mantoan (2003), Kishimoto (2010) e Friedmann (2012). Trazendo a atualidade da compreensão da Legislação Brasileira, com leis e decretos promulgados entre os anos de 1999 a 2012, trouxemos artigos atuais de Florêncio (2019; 2020), Magalhães (2011; 2018) e do Espaço Autista (2018).

A observação participativa, como exposto anteriormente, já vinha sendo efetuada desde o período de contato com esses estudantes, profissionais da educação e famílias, em 2010, mas o entrave causado pela Pandemia do Corona Vírus, afetou o funcionamento presencial das escolas, dificultou a continuação dessa observação. A Revisão Bibliográfica passou a ser o principal instrumento de análise e compreensão da temática.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DA PESQUISA

O professor promove o contato inicial da criança com a sala de aula e é o responsável por incluí-lo nas atividades pedagógicas: brincadeiras, dinâmicas e atividades de produção individuais e coletivas. Lopez (2011) atribui o papel do professor como um mediador. A

autora define o professor como aquele que, no processo de ensino-aprendizagem, favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação concebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo desenvolvimento.

Conviver com uma criança com autismo é um desafio para o educador em sala de aula na educação infantil, visto que é mais demorado criar os laços necessários para o desenvolvimento das atividades de construção em sala de aula. Conquistar a confiança é um processo que consiste no preparo e desenvolvimento das atividades que o educador tem com essa criança. As crianças com autismo são mais resistentes às mudanças de rotina, aos novos personagens do circuito afetivo e podem não aceitar atividades em grupo (MAGALHÃES, 2011) ou, ainda, não conseguirem se misturar com outras crianças. A criança com autismo pode e deve estudar, brincar e participar das atividades de classe e fora de classe. Mas, é preciso compreender e respeitar o tempo dela.

Nos últimos dez anos, a presença de crianças com Transtorno do Espectro Autista nas escolas está mais comum (ESPAÇO AUTISTA, 2018). Embora, o processo de inclusão escolar ainda seja deficiente na maioria das instituições. Existe a necessidade e a responsabilidade social no meio acadêmico-científico e sócio-político mundial, mas, no âmbito das escolas, que oferecem a educação infantil e o ensino fundamental, o processo de recepção, manutenção e êxito dos estudantes com autismo ainda carece de muita atenção por parte dos poderes públicos, das equipes gestoras e dos próprios profissionais da educação.

Ao mesmo tempo em que estão recebendo esses alunos, gestores e educadores estão tendo que aprender a acolher e lidar com essas crianças, muitas vezes, sem a infraestrutura física e profissional adequada (ESPAÇO AUTISTA, 2018). Por falta de formação acadêmica, muitos professores enfrentam dificuldades ainda maiores para lidar com o acolhimento destas crianças, tendo que buscar informações em livros, revistas e internet para melhor compreender os desafios a serem enfrentados em sala de aula. Segundo Florêncio e Paixão (2019), a autoformação tem sido a saída para muitos profissionais preocupados com essa demanda, mas os cursos de formação também têm investido grande parte de seus currículos nessa temática.

Não há dúvida de que, além da formação adequada dos profissionais da educação, para um melhor desenvolvimento das atividades em sala de aula, é importante uma adaptação

curricular para os alunos com necessidades educativas especiais e diferenciadas, fortalecendo e expandindo o processo de desenvolvendo educacional.

Muitas pesquisas apontam a ludicidade como estratégia de trabalho eficiente para a alfabetização, principalmente na área da Educação Especial. Muitas escolas já adotam com sucesso as salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e um profissional especialista na área pode oferecer esse atendimento no contraturno do estudante (BRASIL, 1996). Segundo pesquisas recentes, o trabalho com o lúdico tem trazido muitos benefícios, através dele são desenvolvidas várias habilidades e desta forma favorecendo a aprendizagem e o seu desenvolvimento (FLORÊNCIO; PAIXÃO, 2019).

Outro aspecto desafiador tratado aqui é a alfabetização, pois aprender a ler e escrever não deve ser uma imposição ou apresentados de forma que a criança possa ter uma reação de rejeição, o que pode prejudicar no processo de ensino/aprendizagem e acompanhar o aluno não só na vida estudantil, mas também na vida pessoal e profissional.

As brincadeiras constituem, assim mesmo, linguagens infantis, considerando a linguagem qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos por meio de signos. Um dos grandes desafios que as linguagens lúdicas nos propõem é a leitura e tradução dessas “falas” infantis (FRIEDMANN, 2012, p. 24).

A ludicidade surge neste contexto como uma ciência que propicia metodologia pedagógica estratégica, capaz de criar momentos de alegria e satisfação na sala de aula, ao passo que o aprendizado acontece. Portanto, ludicidade faz seu papel de ciência, mas vai muito mais além, ela promove ações onde a criança brinca enquanto aprende e isso proporciona sensações que são eternizadas devido ao valor sentimental que representa (KISHIMOTO, 2001).

A brincadeira cria para as crianças uma zona de desenvolvimento proximal que não é outra coisa senão a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a coordenação de um companheiro capaz (VYGOTSKY, 1998, p. 97).

Deve-se escolher atividades que estimulem a criança a manter-se em grupos onde possam manusear objetos de diversos tamanhos e coloridos, que desperte sua atenção. Montar blocos, pintar quadros, promovendo sempre desafios para serem superados como realizar tarefas cotidianas como aprender a comer sozinho e realizar atividades de higiene pessoal e

socialização efetiva, podem trazer potenciais oportunidades de desenvolver comportamentos que se traduzem em aprendizagem, segundo Kishimoto (2010). Com isso o professor deve estar sempre avaliando a aprendizagem do aluno, tomando como referência os objetivos e critérios fixados para as crianças com o espectro autista, em seus diversos níveis. Mas, como efetivar o ensino lúdico no processo de ensino-aprendizagem ao lidar com crianças com TEA?

A promoção de aulas dinâmicas, o ensino baseado em imagens e objetos facilitando a memorização, o uso de jogos, brincadeiras e atividades que envolvam o corpo, entre outras, são algumas alternativas usuais nas observações desenvolvidas nas escolas. Mas, é preciso compreender que as adaptações didáticas e a diversidade de tarefas devem ter o suporte de professores, da escola e da família, pois o processo de ensino-aprendizagem deve ter a responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos no desenvolvimento da criança.

Por isso, o trabalho deve ser desenvolvido por uma equipe multidisciplinar que possa realizar uma perfeita anamnese, avaliar os níveis e subjetividades de cada estudante e operacionalizar as atividades que possam surtir efeitos positivos no processo de aprendizagem. Aqui, o despertar de uma consciência coletiva para essa preocupação social é imprescindível.

Todos devem assumir as suas respectivas responsabilidades: governos, com o implemento de políticas públicas de inclusão nas escolas, desde a infraestrutura física à formação de profissionais através da formação continuada; os cursos de formação de professores, na reformulação dos seus currículos e no exercício de práticas pedagógicas que possibilitem a inclusão, a manutenção e o êxito dos estudantes no sistema público de educação; as escolas, desde a gestão ao corpo docente, exercitando as práticas inclusivas; e, sem dúvida, a sociedade em geral, na qual, estão incluídas as famílias. Corroboramos o pensamento de Florêncio (2018), ao afirmar que escola e família devem assinar o compromisso de possibilitar as melhores formas de aprendizagem e, por isso, desempenhar uma relação mais próxima.

Os resultados são claros quando mostra que os professores têm dificuldades ao inserir um aluno autista em sala de aula, ou seja, apesar de buscarem melhorar as suas práticas, pesquisando em livros, internet e comentários de outras colegas. Entretanto os professores ainda não estão preparados para lidar com a inclusão escolar de alunos autistas, pois não tiveram uma formação tanto a nível inicial como contínuo que abordassem as práticas educacionais, que são necessárias para obter a verdadeira inclusão.

Outro ponto que chama a atenção, apontado por Magalhães (2011) e Florêncio (2019), é falta de recursos didáticos, de estrutura escolar, a falta de especialização por parte dos professores e apoio nos ambientes educacionais, sem esse conjunto de aspectos os professores não tem como elaborar atividades específicas para essas crianças, de maneira que podem chegar a atrasar o aluno autista como os demais. Incluir não é apenas colocar o aluno dentro da sala de aula regular, mas adapta-lo ao contexto, construindo novos conhecimentos de maneira própria e no tempo da criança. A aprendizagem deve ser sempre acompanhada pelo professor, para que ambos se relacionem e enriqueçam seus conhecimentos. O educador deve estar sempre em busca de novas estratégias para colaborar no desenvolvimento da criança.

Muitos países já adotaram a abordagem inclusiva em suas escolas e no Brasil já começou a buscar o seu caminho, instituiu-se a Lei Brasileira de Nº 13.146, de julho de 2015 de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover em condição de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por essas pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Ainda no Art. 27 do Direito à Educação Inclusiva. Nesse sentido, a população com pouca ajuda técnica ou financeira, porém com grande determinação por parte de muitos diretores, professores e pais, assim como o Governo Federal (por meio da Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação), e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação vem proporcionando projetos com ações que envolvem as comunidades nas práticas construtivas entre as esferas, na busca das contribuições surgidas dos movimentos sociais de reconhecer na educação fatores relevantes na criação de condições para convivência social na diferença, e admitindo também a escola na sua condição de espaço privilegiado para o exercício coletivo da cidadania e da construção de saberes.

A cada dia, grupos de pessoas se interessam e desejam participar e aplicar a filosofia da inclusão social, levando em consideração que as metodologias para o sucesso desse novo olhar sociocultural têm como espaço privilegiado o ambiente escolar. Por isso, defendemos, nesse estudo, a inclusão escolar, partindo do pressuposto de que todos os jovens e crianças, com ou sem deficiência, têm o direito de estudar juntos para crescerem como cidadãos felizes e capazes de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. A sala de aula (e, conseqüentemente, a escola) inclusiva não favorece apenas as crianças e adolescentes com necessidades especiais de aprendizagem, mas ajuda a derrubar barreiras, desconstruir (pré)conceitos e efetivar os sentimentos de empatia, equidade e solidariedade.

Desde o nosso primeiro instante de prática escolar, na Educação Infantil de escolas da rede particular de ensino e, posteriormente, nas salas de aula de creches e pré-escolas da rede municipal de Petrolina, município do interior pernambucano, pudemos observar as dificuldades enfrentadas pelas escolas e profissionais ao receber, acolher e favorecer a permanência e o êxito dos estudantes com necessidades especiais, haja vista a detecção de problemas cruciais e comuns a muitas escolas: infraestrutura física não compatível com as necessidades dos ingressantes, ausência de profissionais com formações específicas, pouca efetivação da relação família-escola e, em alguns casos, o desinteresse dos profissionais envolvidos no processo.

Com o passar o tempo de prática pedagógica, observamos que todas essas dificuldades começavam a ser superadas: as políticas públicas em vários níveis de poder (principalmente na esfera municipal) atentaram para essa problemática, motivadas pelo clamor da sociedade e de legislações mais abrangentes e inclusivas, em nível nacional e internacional; maior aceitação e afirmação das famílias e das instituições acerca da necessidade do atendimento de crianças com deficiências, o que gerou mais preocupação da sociedade científica nesse sentido, especialmente em relação às necessidades neurológicas e cognitivas; e, assim, maior importância da temática nos núcleos educacionais, seja por iniciativa de professores que buscaram especializar-se na área, seja pela criação das salas de atendimento especial (as AEE), entre outras políticas públicas instaladas nas escolas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças autistas no ensino regular ainda é um processo que apresenta grandes dificuldades na escola por questões pontuais de infraestrutura e de formação profissional. É necessário também que as escolas tenham o interesse de buscar e conhecer novos métodos educacionais para assim, a criança com autismo possa se envolver ao meio social.

Todos os estudos consultados apontam que é preciso e urgente criar maneiras para transmitir novas informações e melhorar a prática pedagógica, tornando-as adequadas às salas de aula com ou sem alunos com necessidades especiais específicas. A partir de Rodrigues (2010), percebemos que as professoras, na educação infantil, percebem a importância da inclusão escolar dos alunos autistas e tentam colocá-la em prática à medida de suas condições

locais e de conhecimento, mas revelam que para promover de fato o desenvolvimento motor-cognitivo-afetivo, é necessário um conjunto de aspectos para se torna útil e válido: a participação da família, a pré-disposição dos sujeitos escolares (secretarias, gestão, corpo docente) e a formação do profissional da educação.

Ouro fator levante aos resultados da pesquisa, foi à prática da ludicidade como elemento predominante e indispensável da educação infantil. Comprovadamente eficiente, motivador e diversificado, o lúdico, segundo os estudos de Friedmann (2012) e Kishimoto (2010), pautados em teorias anteriores de Mantoan (2003), é o elemento mentor da educação infantil. Presente em praticamente todas as instituições de ensino e motivo de estudos e reflexões sobre o brincar, os jogos e as situações-problema, a ludicidade é evidenciada em todos os momentos desse estudo como elemento fundante da educação inclusiva.

Ao fim desse trabalho de pesquisa e, principalmente, depois de elaboradas leituras sobre a temática que envolve o TEA e, conseqüentemente, sua inclusão social, especialmente no âmbito da educação pública, podemos afirmar que o desenvolvimento de uma escola inclusiva está a um passo de ser concretizado.

Asseguramos que temos teorias convincentes dessa necessidade, dispomos da legislação mais atual e contundente, é perceptível o interesse de estudiosos na área e, mais importante, temos uma porta aberta no caminho da conscientização da sociedade. Porta esta aberta por professores e familiares engajados na luta pela inclusão escolar e pela Educação Especial Inclusiva. Segundo Orrú (2012), o processo de conscientização social para a inclusão escolar no Brasil, encontra-se bastante avançado. Talvez, na visão da autora, a conscientização da necessidade de maiores investimentos governamentais na área esteja atravancando planejamentos locais. O que é corroborado pela legislação consultada.

O mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva, ainda segundo a autora (ORRÚ, 2012). Sinais desse processo de construção são visíveis com frequência crescente na mídia, nas escolas, nos vizinhos, nos recursos da comunidade e nos programas e serviços. Com tantos movimentos pela inclusão, ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, desencadearam em defesa do direito de todos os alunos estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação, reconhece que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas e superá-las.

Portanto, a relevância desse estudo é justificada pela necessidade de promover e estimular as discussões sobre a temática, importante para sensibilização da sociedade em relação a um problema que atinge um grande número de famílias com crianças e adolescentes em idade escolar, em plena capacidade de socialização, comunicação e construção do conhecimento na educação básica pública. E, também, por sua colaboração ao incentivar os estudos sobre as temáticas abordadas, como a Legislação e métodos de ensino, aos principais protagonistas nesse processo diferenciado de educação: professores, gestores, psicopedagogos e comunidade acadêmica em geral. Ao fim, procuramos evidenciar as contribuições desse estudo para a Educação Especial no Brasil, apresentando seu caminho para a equidade, na busca de proporcionar, no âmbito da educação pública e universal, um processo de ensino-aprendizagem cada vez mais acolhedor, humanizado e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. **Autismo e Educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- BAPTISTA, C. R. **Inclusão e escolarização: perspectivas**. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- BOSA, C. **Autismo: atuais interpretações para antigas observações**. In: BAPTISTA, C. R. & BOSA, C. (Org.). **Autismo e educação**. Porto Alegre: Artemed, 2002. p. 21-39
- BRASIL (1988). **Constituição Federal**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**, Brasília: 1996.
- BRASIL, **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas de inclusão: dificuldades acentuadas na aprendizagem**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.
- BRASIL, Ministério da Educação – Secretaria da Educação Básica. **Caderno de Educação Especial: a alfabetização de crianças com deficiência. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**. Brasília, 2012.
- _____. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: Generalistas ou especialistas**. Revista Brasileira de Educação Especial, Vol.3, nº5, 1999.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90** de julho de 1990. MEC: 1990.

O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DA APREDIZAGEM DOS ALUNOS COM AUTISMO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, Brasília.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial**. – Brasília: Secretaria de Educação Especial - 2010.

_____. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília: CNE/CEB, 2001.

ESPAÇO AUTISTA (2019). **Autismo: o que é?** Disponível em <http://espacoautista.blogspot.com.br/2012/06/tdah-e-sindrome-de-asperger.html>, acessado em 04 de junho de 2020

FLORÊNCIO, R. R. (2018). **Educação Afetiva**. In: Blog Etnolinguagens. Disponível em www.etnolinguagens.webnode.com, acessado em 04 de junho de 2020.

FLORÊNCIO; R. R.; PAIXÃO, M. D. **Reflexões sobre a Educação Inclusiva no sistema Público**. Revista Camine: caminhos da educação, v. 11, nº 2, 2019.

FRIEDMANN, A. **O brincar na Educação Infantil: Observação, adequação e inclusão**: São Paulo: Moderna, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KISHIMOTO, T. M. (Org). **Jogos Infantís: O Jogo, a criança e a educação**: 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KISHIMOTO, T. M. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MAGALHÃES, R. C. B. P. **Educação inclusiva e escolarização: política e formação docente**. Brasília: Líder Livro 2011.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão social: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MELLO, A. M. S. R. de. **Autismo: guia prático**. 4. ed. São Paulo: CORDE, 2005.

MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTE, F. **Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: autismo**. Brasília: 2004.

ORRÚ, S. E. **Autismo, o que os pais devem saber**. Rio de Janeiro: Wake, 2009.

ORRÚ, S. E. **Trajetórias, avanços e desafios na concepção educação de educandos com autismo**. In: Orrú, Silva (org). **Estudantes com necessidades especiais: singulares e desafios na pratica pedagógica inclusiva**. Rio de Janeiro: Wak editora, 2012.

ORRÚ, S. E. **A Formação de professores e a educação de autistas**. Revista Ibero Americana de Educación (online) Espanha 31, pp.01-15-2003

RODRIGUES, R. M. **Entenda o que é autismo**. 1ed. São Paulo: Sammus, 2010.

RODRIGUES, D. **Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva**. In: RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: Dose olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 299-318.

O PAPEL DO PROFESSOR NO DESENVOLVIMENTO DA APREDIZAGEM DOS ALUNOS COM AUTISMO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. **Desvendando o autismo**. São Paulo: Edições Nacionais, 2018.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. **Mundo Singular: entenda o autismo**. São Paulo: Fontanar, 2012.

VYGOTSKY, L. S. (1998). **A formação social da mente**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.